

“Conquistar e manter”?: a cartografia da presença do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro nos últimos cinquenta anos.

Francisco José Corrêa-Martins

Professor do Departamento de Geociências - IA - UFRRJ

correa_martins@ufrj.br

RESUMO

Uma das missões mais comuns recebidas por forças de um exército em guerra é a de “conquistar e manter” uma posição geográfica, que pode ter de dimensões pontuais até abranger uma área de dezenas de quilômetros. E consequência imediata dessa conquista é o estabelecimento de uma presença, que pode ter caráter transitório ou duradouro. Partindo desses aspectos, analisaremos a evolução da presença do Exército Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro, desde o momento em que deixou de ser a capital do país, em 1960, condição esta que sustentou durante quase dois séculos, até os dias atuais. Assim, esta análise enfoca a questão espacial, ou seja, da ocupação e/ou administração de Próprios Nacionais pela Força Terrestre nos últimos cinquenta anos, fossem edificações ou terrenos. Para tanto, foi utilizado, como base, um “atlas” recém-descoberto na Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), com as “Fôlhas dos imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra” no Estado da Guanabara, produzido em 1961 pela Diretoria de Patrimônio do Exército, e que foi comparado aos dados hoje existentes tanto na página institucional do Exército como na Secretaria de Patrimônio da União. E, visando uma avaliação histórico-geográfica, são apresentados três mapas que ilustram a evolução dessa presença nos séculos XIX, XX e XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Próprios Nacionais, Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, Cartografia Urbana, Cartografia Militar, História Militar

I - INTRODUÇÃO

Recentemente, o jornalista Ancelmo Góis publicou a seguinte nota em sua coluna:

Ilha de Bom Jesus

[O Governador Sérgio] Cabral e [o Prefeito Eduardo] Paes negociam com o Exército a aquisição da Ilha de Bom Jesus, ao lado do Fundão.

Segundo o secretário Júlio Bueno, o objetivo é usar os cerca de 200.000m² para a instalação de centros de pesquisas de dez empresas¹.

¹ GOIS, Ancelmo. Ilha do Bom Jesus. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2011, p. 12.

Tal nota poderia passar despercebida. Afinal, a cidade do Rio de Janeiro tem passado por importantes intervenções, e a instalação de empresas sempre representa perspectivas de empregos para os habitantes da capital e cercanias, bem como a cobrança de impostos para o município e para o estado.

Mas a maioria dos cariocas, se fosse questionada, não saberia dizer onde fica a Ilha do Bom Jesus², e muito menos sobre a presença ali do exército, que remonta há mais de um século.

Ao saber dessa presença, o senso comum diria que ela fora resultado de uma necessidade bélica. Alguns apontariam genericamente para “guerras” ou “conflitos”, sem maiores considerações. Outros ainda apontariam talvez para uma necessidade de isolamento, para “esconder-se”, para “funcionar como prisão”. Seria realmente de espantar que alguém lembrasse de que ali ficava o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, criado em 1868, para abrigar combatentes feridos na Guerra do Paraguai e somente extinto em 1976, quando o último inválido já seguira para sua última morada³.

Assim, aquele espaço passou a ser empregado para finalidades administrativas, ao mesmo tempo em que outras instalações vizinhas prosseguiram sendo utilizadas como local para moradia de militares, imóveis esses que, sob administração do Exército Brasileiro, alocados à 1ª Região Militar, são patrimônio do Estado, e são classificados como próprios nacionais.

Portanto, a cartografia dos imóveis sob a jurisdição do Exército Brasileiro se apresenta como uma das formas possíveis para aquilatar sua presença no território nacional. Utilizando um conjunto denominado “Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra – Plantas de Situação – 1ª Região Militar - Estado da Guanabara”, produzido em 1961, visamos fazer uma comparação dos imóveis ali distribuídos à Força Terrestre em três tempos distintos, utilizando como base o conjunto acima referido, tecendo ainda algumas considerações sobre os próprios nacionais, órgãos e legislação inerentes.

II - PRÓPRIOS NACIONAIS: UM POUCO DE HISTÓRIA

A definição do que é um “próprio nacional”, dada pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba, é que se trata do “imóvel de domínio da União utilizado em serviço público federal, para instalação de Órgãos vinculados à Administração Pública Federal direta ou indireta.”⁴

² Ilha essa que deixou de existir como tal na década de 1950, quando foi feito o aterro que, unindo diversas ilhas, é hoje chamado de Ilha do Fundão.

³ Para maiores detalhes sobre aquele Asilo dos Inválidos da Pátria, sugerimos a consulta às teses de GOMES (2007) e RODRIGUES (2009).

⁴ Disponível em <http://patrimoniode.todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-pb/projetos-e-aco-es/proprio-nacional>.

Disso decorre uma série de consequências, resultando nas atribuições da Secretaria de Patrimônio da União (SPU)⁵, estabelecidas no Art. 38 do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, revigorado pelo Decreto nº 6.222, de 4 de outubro de 2007, entre as quais destacamos:

- I - administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação; (...)
- III - lavrar, com força de escritura pública, os contratos de aquisição, alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão e demais atos relativos a imóveis da União e providenciar os registros e as averbações junto aos cartórios competentes;
- IV - promover o controle, fiscalização e manutenção dos imóveis da União utilizados em serviço público;(…)
- VIII - promover, diretamente ou por intermédio de terceiros, a avaliação de bens imóveis da União para as finalidades previstas em lei;
- IX - promover a alienação dos imóveis da União não utilizados em serviço público, segundo regime estabelecido na legislação vigente;(…)
- XIV - estabelecer as diretrizes para a permissão de uso de bens imóveis da União;(…)
- XIX - proceder à demarcação e identificação dos imóveis de propriedade da União;(…)⁶

Mas, se compete legalmente à SPU a administração dos imóveis da União, na realidade ocorre uma delegação da gerência e uso dos imóveis do Estado, para os mais diversos órgãos da Administração Federal. Atualmente, no caso do Exército Brasileiro, é à Diretoria de Patrimônio (DPatr) “que compete superintender a Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis da União jurisdictionados ao Comando do Exército ou por ele administrados”⁷.

Por outro lado, a questão da administração de imóveis públicos não é nova. Segundo nossas pesquisas, a primeira referência expressa aos “próprios nacionais” remonta ao período da Regência. Na lei que organizou o Tesouro Nacional, em 1831 encontramos, no Art. 27, relativo ao Contador-Geral, o seguinte parágrafo:

⁵ Além do portal, referido na nota anterior, há outro endereço eletrônico da SPU, <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?sec=9> . Ressalte-se que os conteúdos são distintos.

⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6081.htm

⁷ Disponível em <http://www.dpatr.eb.mil.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=24>

§ 5º A formação da folha geral do assentamento de todos os próprios nacionaes⁸, com distincção das Províncias, a que pertencerem, declarando-se, em cada um assento, ou verba. O título da aquisição, as respectivas confrontações, a data do despacho para a incorporação, e o valor do objecto incorporado. Este valor será escripto por extenso no texto, e lançado á margem em algarismos.” (BRASIL, 1875: 112)

Já a determinação para que os ministérios registrassem os próprios nacionais que estavam sob seu uso surgiu no 2º Reinado. Na lei que fixou a despesa e orçamento para o período de 1860-1861, encontramos, no Art. 12, o seguinte parágrafo

§ 4º Todos os propios nacionaes, que estiverem á disposição dos differentes Ministerios, deverão ser mencionados, annualmente nos respectivos relatórios, com declaração do serviço em que se achão, se publico ou particular, e neste caso se por locação ou concessão gratuita. A despeza com os propios nacionaes, que estiverem ao serviço dos differentes Ministerios, correrá por conta daquelle que os utilizar, e será paga pela verba - Obras Publicas - do mesmo Ministerio.(BRASIL, 1860: 79).

E, no período republicano, na primeira década, a preocupação com os próprios nacionais reaparecia. No final do ano de 1895, quando era sancionada a lei que fixava a despesa geral para o ano de 1896, encontramos, no Art. 8º, §4º, que o governo era autorizado “A mandar proceder ao arrolamento, discriminação, demarcação e verificação de todos os propios nacionaes, nomeando para esse fim uma comissão, correndo a despeza por conta da quantia de 50:000\$, consignada no n. 18 do art. 7º”⁹.

III - ASPECTOS DA PRESENÇA DO EXÉRCITO NO MUNICÍPIO NEUTRO (1864)

Como já vimos anteriormente, o Governo Imperial baixara uma determinação, em 1860, para que cada ministério arrolasse os imóveis sob sua jurisdição, discriminando sua utilização, e publicando tal relação nos relatórios que eram apresentados ao legislativo do Império.

⁸ Portanto, foi na Regência que surgiu o primeiro órgão com a função de registrar os próprios nacionais. Assim, consideramos como incorreta a informação disponibilizada da página eletrônica da SPU, <http://patrimoniode todos.gov.br/a-spu/origem-e-historia-da-spu>, onde reputa que sua origem remontaria à “Repartição-Geral de Terras Públicas”, criada no bojo da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império do Brasil. A repartição então criada tinha como objetivo tratar das terras devolutas, e não dos “próprios nacionais”, como se pode ver no seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/Anexos/RegulamentoD1318-1854.pdf

⁹ Lei N. 360 - de 30 de dezembro de 1895 - Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1896 e dá outras providencias. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=360&tipo_norma=LEI&data=18951230&links

O Ministério da Guerra cumpriu aquela determinação pela primeira vez em 14 de maio de 1864, quando seu então titular, o Brigadeiro José Marianno de Mattos apresentou seu relatório à Assembléia Geral Legislativa do Império, por ocasião da 2ª sessão da 12ª legislatura (Brasil, 1864)¹⁰.

Segundo aquela relação, os próprios nacionais sob jurisdição do Ministério da Guerra estavam restritos naquele tempo ao Campo da Aclamação (o atual Campo de Sant'Anna, com o ministério, quartéis, cavalaria e residências de militares); à rua do Areal (atual Moncorvo Filho, ao lado do Prédio do Senado, hoje Faculdade de Direito da UFRJ), onde estava o picadeiro para treino dos cavalos); ao Largo de São Francisco de Paula (onde estava a Escola Central, cujo prédio hoje é ocupado pelo IFCS-UFRJ); ao Morro da Conceição (a fábrica de armas do Arsenal de Guerra), ao Morro do Castelo (que seria arrasado no século XX, e onde estavam o hospital militar, suas enfermarias, o chefe do telégrafo visual e “diversas famílias pobres de officiaes); ao Largo do Moura (o atual terminal de ônibus da Praça XV de novembro, onde se instalavam o Archivo Militar, o Corpo de Engenheiros, quartel de artilharia, companhia de artífices e o Arsenal de Guerra), à Praia Vermelha (ocupada pela Escola Militar); ao Andaraí Grande (no qual se inclui a Tijuca atual, onde ficava um depósito do Arsenal de Guerra, posteriormente transformado em hospital militar); à Ilha de Santa Bárbara (a oeste da Ilha das Enxadas, depósito de munições), Jardim Botânico (um depósito do Arsenal de Guerra), ao Campinho (laboratório pirotécnico instalado no antigo forte), e ao Campo Grande (na verdade, Realengo, onde estava a escola de tiro) (BRASIL, 1864). (Figura 1)

Cabe ressaltar que o emprego militar de algumas das instalações remontava ao século XVIII, tais como o Arsenal de Guerra, a Fortaleza da Conceição, o Forte do Morro do Castelo e os paíóis da Ilha de Santa Bárbara, sendo pequeno o número daquelas construídas no século XIX, tais como o “Quartel do Campo da Aclamação” e o “Laboratório Pyrothecnico” no Forte do Campinho¹¹. Portanto, não causa surpresa o fato de que a maior parte das instalações militares se concentrasse junto à margem ocidental da Baía da Guanabara, dentro do tecido urbano, um reflexo da própria dinâmica da fundação e expansão da cidade do Rio de Janeiro, surgida a partir da necessidade de ocupar territórios e eliminar a presença estrangeira (CORRÊA-MARTINS, 2007).

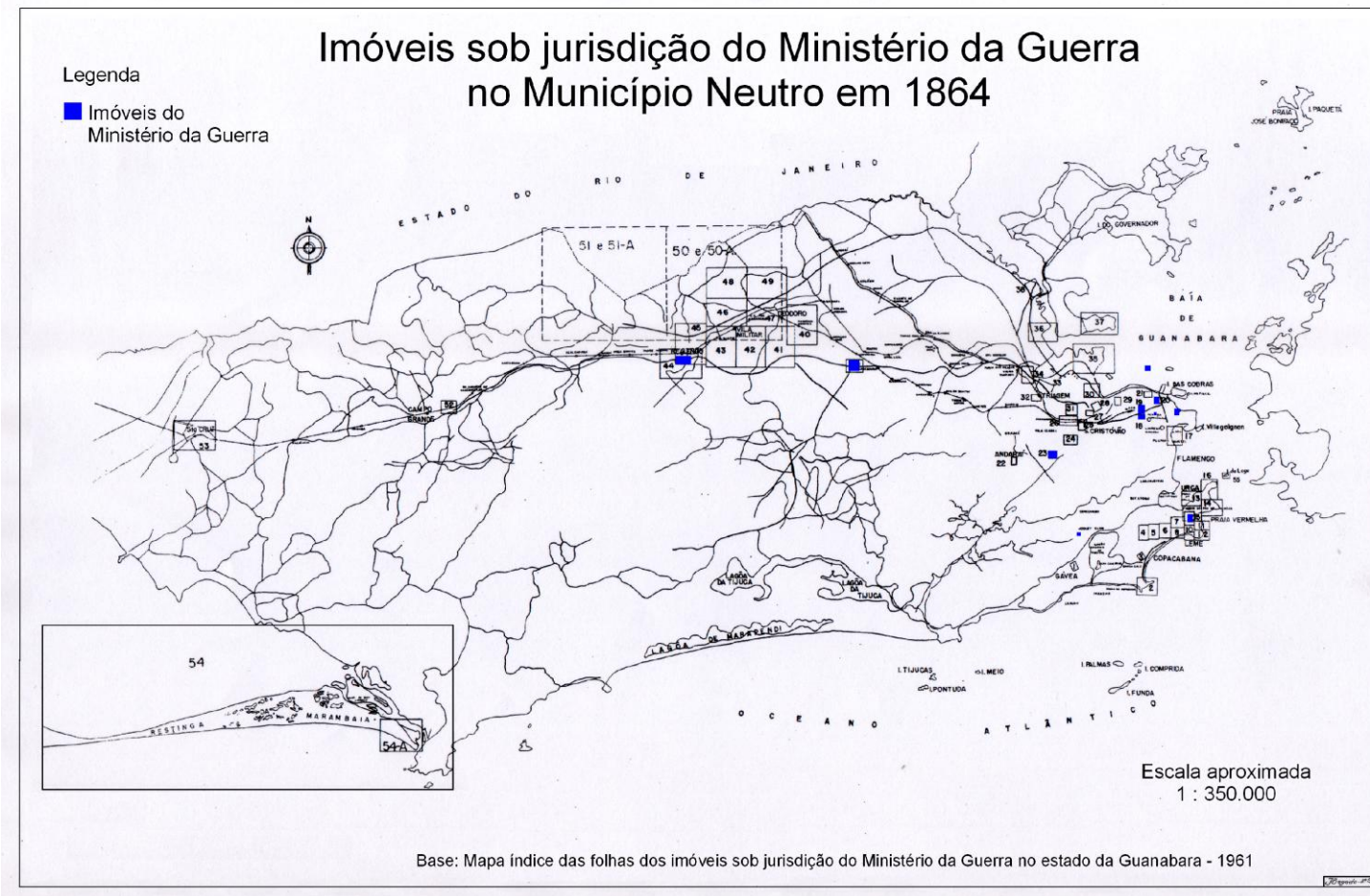
Excluindo-se as dependências administrativas, os estabelecimentos de fabricação bélica, os hospitais e as escolas, verifica-se que a quantidade de quartéis para tropas¹² era pequena. De fato, comparando os

10 Em relação às províncias, a relação estava ainda incompleta, embora estivesse correta em relação à Corte naquele momento.

11 Pode causar estranheza a ausência de outras fortificações como Santa Cruz ou Villegagnon. Ocorre que a relação refere-se apenas à Côte (Município Neutro), excluindo Santa Cruz, localizada em Niterói. Quanto às outras, ou estavam sob jurisdição da Marinha, ou somente eram ocupadas em momentos de necessidade, passando a maior parte do tempo habitadas por soldados inválidos ou famílias de militares de poucas posses, uma situação que se estenderia sobre outras fortificações, e que se prolongaria até o início do século XX (SOUZA, 1885, CORRÊA-MARTINS, 1996).

12 Aqui entendidas como “operacionais” ou “combatentes”, como dizemos hoje.

Figura 01



imóveis destinados aos corpos com a relação das tropas existentes na capital do império¹³, estacionavam na Côrte, em princípios de 1864, apenas o Batalhão de Engenheiros, o 1^o Batalhão de Artilharia a pé, o 1^o Batalhão de Infantaria e o 1^o Regimento de Cavalaria. Embora o “mapa da força” apontasse a presença de 2.914 homens na cidade do Rio de Janeiro, de um total de 18.320, número inferior apenas ao registrado na Província do Rio Grande do Sul (3.560), tratava-se apenas de aparência, pois que o número daqueles que constituíam os “corpos” era de 2.062¹⁴. Assim, no ano em que se iniciaria a Guerra do Paraguai, era possível constatar que presença do exército na capital do Império era pequena.

E isto a despeito do grave incidente diplomático que pouco antes existira com a Grã-Bretanha (a “Questão Christie”), e que resultara em ações da marinha britânica dentro da Baía da Guanabara, e que gerara um grande clamor popular. Ocorre que, para o governo de então, os lugares que requeriam a presença do exército se situavam longe da capital. Tal como nas fronteiras, especialmente no sul, onde os problemas com os países platinos eram uma herança colonial. Entre outros locais que requeriam a presença do exército, na visão imperial, estavam a Bahia e Pernambuco. Naquelas províncias, as tropas ficavam nas capitais¹⁵, e poderiam ser requisitadas pelos governantes, para desempenhar funções de polícia, especialmente quando esta se mostrasse incapaz de realizar suas tarefas, tais como escolta de presos, transporte de valores, e esporadicamente a caça a escravos fugitivos, além do restabelecimento da ordem pública, no caso de rebeliões ou revoltas, como a “Revolução Praieira”, de 1848.

Essa situação mudou ao longo do tempo, como podemos ver no último relatório apresentado durante o período monárquico, em 1889, pelo então ministro Thomaz José Coelho d’Almeida. Ali, na parte relativa aos “Proprios Nacionais”, constatamos que, após 35 anos, dois quartéis haviam sido construídos em São Cristóvão, nas proximidades da Quinta da Boa Vista, uma outra unidade havia sido alojada em um prédio no centro da cidade, além de ter ocorrido o aumento significativo do número de moradias destinadas a militares e/ou dependentes (BRASIL, 1889).

Assim, no ano em que o regime monárquico brasileiro chegou ao fim, a guarnição militar do Rio de Janeiro contava, além das unidades já relacionadas acima, com mais o 2^o Regimento de Artilharia, os 7^o, 10^o, 21^o e 22^o batalhões de infantaria, totalizava 1.859 homens no início de 1889. Levando-se em conta que o 1^o Batalhão de Infantaria, que estava destacado no Mato Grosso, retornou naquele ano, o efetivo atingia a cifra de 2.234 homens na Corte, tornando-se uma guarnição importante para um exército que contava com apenas 13.152, e somente superada pela tropa alocada no Rio Grande do Sul¹⁶.

13 “Mappa da distribuição da força do Exercito e da Guarda Nacional por Províncias”, de 31 de março de 1864 (BRASIL, 1864)

14 No Rio Grande do Sul, o número desses ascendia a 2.641. E se abatermos do total de 3.560 os 839 guardas nacionais designados para serviço destacado, ver-se-á que naquela província, praticamente, não havia militares empregados em atividades não-combatentes.

15 O que se repetia na maioria das províncias.

16 O efetivo lá era de 4.411, e não a soma que aparece no “Mappa geral da força do exercito existente no ultimo dia do anno findo, segundo a lei de fixação de forças, publicada na Ordem do Dia desta Repartição n. 2203 e a sua distribuição pelas diferentes províncias”, de 1^o de janeiro de 1889 (BRASIL, 1889).

IV - A CONQUISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O EXÉRCITO NA CAPITAL FEDERAL (1961)

O estabelecimento do regime republicano no Brasil, através de uma ruptura institucional, trouxe diversas mudanças do ponto de vista militar e político para o município do Rio de Janeiro. Ao se tornar a “Capital Federal” da União, teve a presença de tropas do exército reforçada, pois que aquela força experimentara uma ampliação ainda em fins de 1889, o que acabou sendo providencial pois que, naqueles anos iniciais, a instabilidade foi a tônica do regime, sendo a cidade palco de sedições, revoltas civis e militares, e até sendo bombardeada pelos navios da Armada durante a revolta de 1892 (CORRÊA-MARTINS, 2007).

No início do século XX, no governo de Affonso Pena (1906-1909), depois de anos em crise, a economia brasileira deu sinais de melhora, o que permitiu o investimento no reaparelhamento e expansão das forças militares. No exército, o então Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, ciente das necessidades de modernização, deu continuidade às mudanças e iniciadas por seus antecessores e, aprofundando-as, iniciou uma série de ações que, continuadas em seu período presidencial (1910-1914), levariam à criação do conjunto de instalações que viria ser conhecida como “Vila Militar”¹⁷, ao longo da então Estrada de Ferro Central do Brasil, consoante com as ideias estratégicas vigentes, onde edificações projetadas e construídas para uso específico militar se juntavam à disponibilidade de uma área para a realização de manobras, o Campo de Gericinó, tão necessário ao adestramento das tropas, como ele vira nas manobras que assistira na Alemanha, em 1908, onde fora a convite do Kaiser Guilherme II.

Enquanto ocorria essa “interiorização” da tropa¹⁸, a parte litorânea do Rio de Janeiro também era alvo de atenções. Os danos que a cidade sofrera por bombardeios navais durante as revoltas militares, aliado à constatação da obsolescência do sistema de defesa existente, levaram as autoridades militares à elaboração e posterior aperfeiçoamento de um novo sistema defensivo baseado em fortes de concreto e aço, acasamatados nas porções de menor altitude, e em trincheiras na rocha no alto dos morros que, cruzando fogos na entrada da Baía da Guanabara, acreditavam que protegeriam a capital federal. É nesse projeto defensivo que se inserem a construção, no Rio de Janeiro, dos fortes de Copacabana, Duque de Caxias, e Tamandaré, e em Niterói, dos fortes do Imbuí e Rio Branco, que se estendeu por quase três décadas (CORRÊA-MARTINS, 2007)¹⁹.

¹⁷ Que é considerada, ainda hoje, a maior concentração militar da América Latina pois, além do Exército, conta nas proximidades, no Campo dos Afonsos, com unidade da Força Aérea Brasileira.

¹⁸ O Morro do Castelo, no centro da cidade, contíguo ao qual ficava o Largo de Moura, desde muito era considerada como uma das causas do clima insalubre reinante no Rio de Janeiro. Quando se decidiu por arrasá-lo, dentro dos planos de embelezamento da urbe carioca, várias organizações militares ali presentes foram transferidas. O Hospital Militar e o Arsenal de Guerra, por exemplo foram transferidos, respectivamente, para instalações especialmente construídas no bairro de Triagem e na Ponta do Caju, onde se encontram até hoje. Mas outras mudanças tiveram motivações políticas, como foi o caso da Escola Militar do Brasil na Praia Vermelha que, ao realizar um levante em 1904, em apoio à “Revolta da Vacina”, foi fechada, sendo reaberta anos depois no Realengo, nos terrenos da antiga escola de tiro.

¹⁹ Estes são os nomes pelos quais são conhecidos atualmente. O Forte Duque de Caxias anteriormente se chamou “do Vigia” ou “do Leme”. O nome anterior do Forte Tamandaré era “da Lage”. E o Forte Rio Branco era conhecido como “do Pico” ou “São Luís”.

Embora o Brasil passasse por novos períodos de instabilidade política, com golpes de Estado e revoltas militares; tivesse enviado tropas, treinadas inicialmente na Vila Militar, para lutar ao lado dos aliados na Itália durante a 2^a Guerra Mundial, o fato é que as unidades militares criadas ou transformadas na cidade do Rio de Janeiro, em função da evolução do pensamento estratégico, tiveram poucos reflexos em relação à expansão geográfica da presença do exército, já que ainda havia espaços a ocupar na referida vila, além de que a capital federal experimentara uma grande expansão urbana e demográfica ao longo da primeira metade do século XX, estendendo-se ao longo das linhas férreas existentes, buscando os espaços vazios, o que viria a gerar conflitos de limites de propriedades e a pressão por parte da Prefeitura do Distrito Federal e outros órgãos ali sediados, para obterem a cessão de próprios nacionais desocupados.

Era esse o cenário reinante quando, após quase dois séculos (1763-1960), se implementou a decisão da mudança da capital para o interior do Brasil em 1961, tornando-se o Rio de Janeiro praticamente uma cidade-estado, com o nome de Guanabara. A cidade carioca deixava de ser a sede administrativa do Brasil, com os ministérios, órgãos da administração direta e indireta seguindo para Brasília, em uma mudança que levou anos para se consumir. Mas para os que ficavam, os problemas pareciam se agravar. E aqui se encaixa a coleção de mapas que fundamenta nosso trabalho²⁰.

As “Fôlhas dos imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra – Estado da Guanabara – 1961” formam um conjunto de 58 folhas numeradas, “com as plantas de situação dos imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra”, um mapa índice e um fascículo de 48 folhas, onde estão discriminados os ocupantes dos imóveis ali representados²¹.

O caráter de premência de sua elaboração ficava evidente tanto na apresentação do livreto,

*Com a publicação das Plantas de Situação dos imóveis localizados no Estado da Guanabara, a Diretoria de Patrimônio do Exército julga ter alcançado mais uma etapa na tarefa urgente e imperiosa de coligir dados referentes aos próprios federais sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, e difundi-los junto aos Altos Comandos, Chefias e Organizações Militares.*²² (BRASIL, 1961: 7)

como também no fato de que as folhas tinham sido confeccionadas e impressas no Gabinete Fotocartográfico do ministério (BRASIL, 1961: 7), quando havia no Morro da Conceição a Diretoria de Serviço Geográfico, uma organização cartográfica do Exército com larga folha de trabalhos realizados no mapeamento sistemático do país.

20 Cabe salientar que, desde o início da república o Ministério da Guerra deixara de publicar a relação dos próprios nacionais que estavam sobre sua responsabilidade. Não deve ter sido tarefa fácil atualizá-la.

21 O conjunto foi enviado ao então Arquivo do Exército, pelo então Diretor de Patrimônio do Exército, General-de-Brigada Engenheiro Militar Raul de Albuquerque, através do Ofício N^o 89/S3, de 19 de outubro de 1961. Pertence hoje ao acervo da Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, sob o número de catálogo SE - RJ - 04.05.863. Foram localizados dois conjuntos, mas apenas um possui o fascículo.

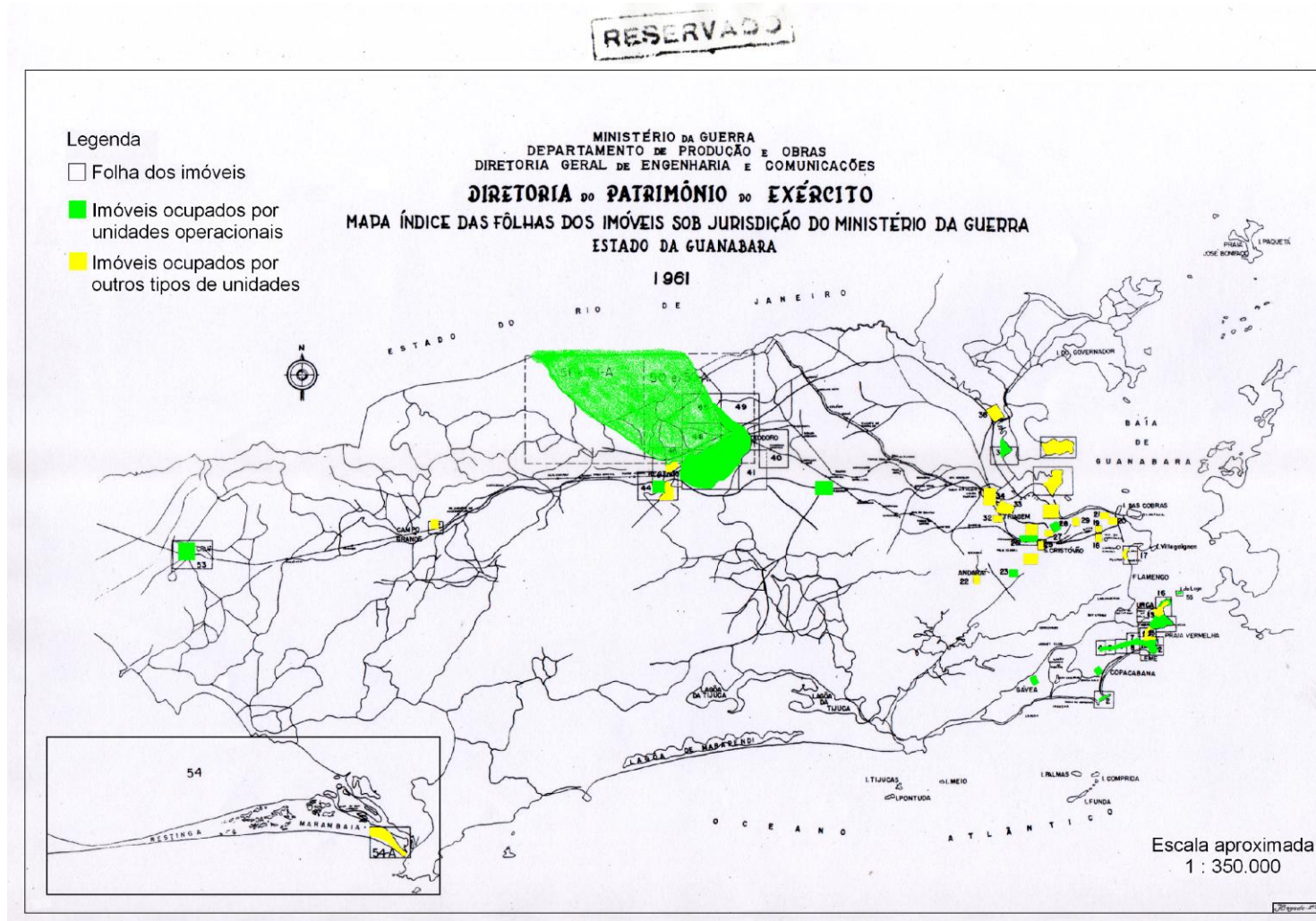
22 Grifos nossos.

As folhas apresentam escalas variando de 1: 700 a 1: 25.000, sendo a maioria em 1: 1000, reflexo da utilização da planta cadastral do Estado da Guanabara como base cartográfica para lançar a demarcação dos imóveis, que são coloridos na cor vermelha quando sob jurisdição do Ministério da Guerra, e na cor amarela, se transferidos ou pretendidos por outros órgãos (BRASIL, 1961: 9).

Nelas podemos observar a distribuição das tropas e repartições militares, operacionais ou não (Figura 2). Junto ao litoral, as diversas fortificações ocupadas pela artilharia e regiões vizinhas que deveriam ser preservadas de ocupação, notadamente a partir da cota de 80 metros. Isso fica evidente nas folhas de números 2 a 12. Mas o zelo, por vezes, levava a considerar áreas turísticas como militares. É o caso das folhas nº 14, em que, com exceção do alto do Pão de Açúcar, todas as suas vertentes são consideradas como “Área de segurança”, e da nº 15, referente ao sopé e alto do Morro da Urca, sendo este “Área da Praia Vermelha, pretendida pelo Estado da Guanabara” (BRASIL, 1961: 25 e 26). Era na dita praia que estavam alguns estabelecimentos de ensino, como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e o Instituto Militar de Engenharia, e, bastante próximos, na área do Forte de São João, a Escola Superior de Guerra, a Escola de Educação Física do Exército e Escola de Artilharia de Costa (Fl nº 16).

Passando pelo centro da cidade, cuja ocupação remontava ao período colonial, e onde estava o antigo ministério, havia instalações para recebimento de compras ou depósitos de equipamentos militares junto ao porto (Fl nº 21).

Figura 02



A área ocupada pelos quartéis em São Cristóvão permanecia em uso (Fl nº 26) e havia um batalhão de carros de combate na Avenida Brasil (Fl. nº 36).

Mas não havia qualquer dúvida que a grande concentração de tropas estava na Vila Militar. Nas folhas de números 41 a 47 estavam, entre outras, as instalações de 15 unidades operacionais, de artilharia, cavalaria e infantaria, a pé, mecanizadas, blindadas e pára-quedistas (BRASIL, 1961: 37-45).

Ainda seguindo para o oeste, ao longo da linha férrea, estacionava em Santa Cruz o Batalhão de Engenharia, desde o início do século (Fl. nº 53). E, junto ao litoral, estava o Campo de Provas, criado em 1944 (Fl nº 54).

O exército dispunha ainda de fábricas, como a de munição no Realengo (Fls 44 e 45), de máscaras contra gases e granadas de mão no Bonsucesso (Fl nº 38), e de granadas de morteiro no Andaraí (Fl nº 22).

Buscando facilitar a vida dos militares e seus familiares na compra de diversos tipos de produtos, alimentícios e manufaturados, entre outros, o exército dispunha de estabelecimentos de produção e venda, tais como o “Açougue Militar” e o “Armazém Reembolsável de Benfica” (Fl nº 34), e a “Granja Militar Central”, que ficava próximo ao Campo do Gericinó (Fl nº 49).

Anteriormente falamos sobre a pressão sobre próprios nacionais, visando sua cessão. Há vários exemplos no conjunto ora em análise. A folha nº 40, situada a leste da área da Vila Militar, tivera parte da área transferida para o Ministério da Aeronáutica e outra parte “cedida à Vila Proletária Marechal Hermes”. E ao sul, na folha nº 41, além de outras áreas cedidas, havia uma “Área sob jurisdição do Ministério da Guerra, invadida (*Sub judice*)”²³ (BRASIL, 1961: 37).

Tal era a situação que o exército se via a braços naquele momento, e os tempos que se avizinhavam não pareciam indicar uma melhora a curto prazo.²⁴

V - NOVO MILÊNIO, NOVAS VISÕES: O EXÉRCITO NAS TERRAS CARIOCAS NO SÉCULO XXI (2011)

O Brasil passa por um dos períodos mais longevos de estabilidade política. Não se vislumbram problemas com os vividos no passado, e o protagonismo militar parece fazer da história. É consenso que, no mundo ocidental, apesar das disparidades existentes, se tem privilegiado as vias institucionais, optando pelo diálogo em lugar do confronto.

²³ Grifos no original.

²⁴ Jânio Quadros, que havia sido eleito presidente em 1960, em substituição a Juscelino Kubitschek, renunciara pouco antes, deflagrando uma crise envolvendo a posse de seu vice, João Goulart. A situação política se deteriorou, levando à ruptura institucional de 1964.

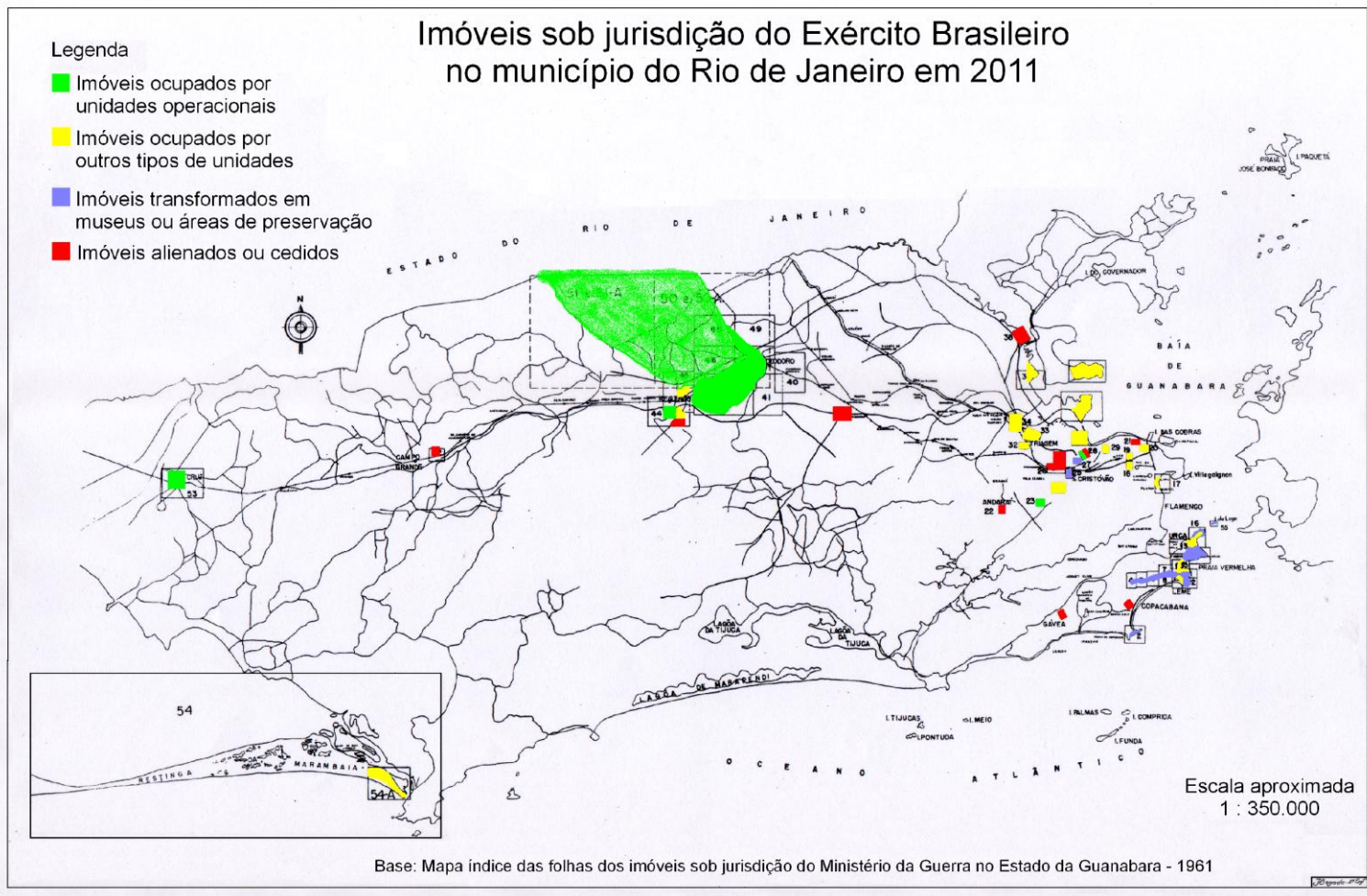
A diminuição da percepção de conflitos inter-estatais tem levado os países a discutirem quais as missões, qual o papel que deve caber às suas Forças Armadas em um mundo multipolarizado, onde a possibilidade de um conflito atômico já não é uma ameaça tão presente.

As guerras coloniais ou de libertação, os conflitos na Indochina e no Oriente Médio, a Guerra no Afeganistão, o fim da bipolaridade, a fragmentação de alguns Estados e a Guerra ao Terror, foram eventos sobre o exército se debruçou, construindo assim, sua doutrina de emprego.

Essa doutrina teve reflexos na própria constituição e distribuição de forças no território brasileiro, alterando o *status quo* que vigorou por décadas, levando então à uma profunda reformulação, que resultou, entre outras consequências, na extinção de unidades, na transformação de algumas e na transferência de outras. Uma observação das unidades militares hoje existentes na cidade do Rio de Janeiro, através dos próprios nacionais ocupados, comparada ao ano de 1961, nos mostra o quanto isso é verdadeiro. (Figura 3)

Todas as fortificações, que estavam ativas no início dos anos 1960, hoje foram transformadas, pois que sua função militar se esgotara (Corrêa-Martins, 2007). O Forte de Copacabana tornou-se um museu, o Forte Duque de Caxias em uma escola militar e espaço eco-turístico, e o Forte da Lage foi destinado à pesquisa. As “Áreas de Segurança” acabaram por se tornar áreas de preservação ambiental. O exército terminou por reconhecer o “domínio” do Pão de Açúcar pela prefeitura, mas conservou o controle do Morro da Babilônia, por ali existirem residências ocupadas por militares.

Figura 03



Os estabelecimentos fabris, com exceção do Arsenal de Guerra, foram todos extintos, e suas áreas foram utilizadas para a construção de apartamentos (Andaraí), abandonada, onde se construiu uma escola técnica federal (Realengo), ou transformada em quartel, posteriormente desativado e entregue à prefeitura (Bonsucesso).

Também não tinham mais razão de ser as granjas e armazéns, pois que a rede comercial brasileira mostrou bastante vigorosa e capaz de suprir as necessidades dos membros da Força Terrestre.

Nestes tempos de austeridade e racionalidade, a existência de depósitos de materiais, que podem ficar obsoletos rapidamente, não mais se sustenta, o que levou a alienação dos imóveis da região portuária, bem como outros imóveis dispersos na malha urbana carioca.

Em face da necessidade do aumento da presença nas fronteiras e na Amazônia, várias unidades operacionais foram para lá transferidas, levando a desocupação dos quartéis em São Cristóvão, agora sob responsabilidade da prefeitura. Outros, como o quartel do Campinho, antigo forte, fábrica de pólvora e cartuchos e que posteriormente abrigou uma unidade de cavalaria, foi vendido para a iniciativa privada. Houve ainda quartéis cedidos à Guarda Municipal (São Cristóvão) e à Polícia Militar (Gávea).

A Vila Militar continua a se o principal núcleo das forças operacionais do exército no Rio de Janeiro, com 18 unidades desse tipo²⁵. Mas mesmo ali houve “baixas”. Por exemplo, o Batalhão de Forças Especiais, que se localizava a leste do Campo do Gericinó, foi transformado em Brigada de Operações Especiais e transferido para Goiânia, GO.

VI - ALGUMAS CONCLUSÕES

No Brasil, os primeiros núcleos populacionais foram constituídos a partir de colégios, estabelecimentos de exploração ou postos militares. Fruto da necessidade, essa presença militar variava, podendo aumentar, mas também podendo desaparecer. Assim, as relações entre o Exército Brasileiro e a cidade do Rio de Janeiro experimentaram diversas variações ao longo do tempo.

De uma presença inicialmente pequena, o exército se fez mais presente a partir do início da República. Depois durante as décadas de 1910 e 1920 estabeleceram as direções e regiões que viriam a ser ocupadas pelas tropas do exército, que necessitavam de espaço para exercitarem-se, abandonando as porções mais próximas do centro, e dirigindo-se aos subúrbios.

Essa “interiorização” acabou por aumentar o tamanho dos bairros existentes, na medida em que os militares buscavam estabelecer suas moradias próximas aos locais onde serviam.

²⁵ Conforme <http://www.exercito.gov.br/web/guest/RJ>

Ao mesmo tempo em que crescia, o exército experimentava modificações na forma de seu preparo e emprego, o que resultou por vezes, em uma expansão controlada, em áreas já sob sua jurisdição.

E quando ficou evidente que outros locais necessitavam mais da presença da Força Terrestre do que as terras cariocas, o Comando tomou a decisão de transferir unidades, o que não ocorreu sem alguns percalços.

Olhando para o futuro, parece que a presença do exército no Rio de Janeiro se pautará, sobretudo, pelas escolas de ensino militar ali estabelecida e pelos museus militares lá mantidos. Pouco a pouco, as unidades operacionais serão transferidas para o Norte, Oeste e Sul, mantendo-se, talvez, um pequeno núcleo operacional.

E então outros próprios nacionais estarão disponíveis, para servir à cidade fundada por Estácio de Sá.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei de 4 de outubro de 1831, Dá organização ao Thezouro Publico Nacional e ás Thezourarias das Províncias. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1831*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- BRASIL. Lei N. 1114, de 27 de setembro de 1860, Fixando a despeza e orçando a receita para o exercicio de 1861-1862. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1860*. Tomo XXI, Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.
- BRASIL. Relação Demonstrativa dos Proprios Nacionaes. In: *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima-Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra José Marianno de Mattos*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.
- BRASIL. Proprios Nacionaes. In: *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Thomaz José Coelho d'Almeida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- BRASIL. *Imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra – Plantas de Situação - 1^a Região Militar - Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: SMG - Imprensa do Exército, 1961.
- CORRÊA-MARTINS, Francisco José. *Histórico do Palácio e da Fortaleza da Conceição*. Rio de Janeiro: 5^a Divisão de Levantamento – Seção de Relações Públicas, 1996.
- CORRÊA-MARTINS, Francisco José. "Soluções tardias": A evolução do sistema de defesa da Baía da Guanabara, Rio de Janeiro, ao longo de 5 séculos, in: XXIV Simpósio Nacional de História – História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo, *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH - Associação Nacional de História, 2007, CD.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “*A Espuma das Províncias*” - um estudo sobre os *Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil: Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importancia defensiva, e valor actual. Memoria escripta por convite da commissão directora das Conferencias sobre historia e geographia do Brazil em 1881. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVIII (II): 5-140, 1885.